

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA nº 115/2012

- 1- **OBJETIVO:** Apuração do estado de conservação do edifício que abriga o MAEA – UFFJ, imóvel situado à Avenida Rio Branco, nº 3460, centro, Juiz de fora.
- 2- **MUNICÍPIO:** Juiz de Fora
- 3- **LOCALIZAÇÃO:**



Figura 01 – Imagem contendo a localização do Município de Juiz de Fora Fonte: *Wikipédia*. Acesso setembro 2012.

4- CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

O Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora – SAEA/UFJF – foi formalmente criado em 1986 com a doação do acervo arqueológico do Prof. Dr. Franz Joseph Hochleitner, que lecionou no Departamento de História da UFJF. Este acervo foi enriquecido em 1992 com a anexação da coleção etnográfica doada pela Profa. Neli Ferreira do Nascimento, antropóloga que atuou na área indígena Maxacali entre 1977 e 1987. Inicialmente o SAEA ocupava uma sala no Prédio da Biblioteca Central no campus da UFJF.

Entre os anos de 1996 e 1999 o acervo que possuía cerca de 700 peças, foi complementado com réplicas de crânios e de esculturas representativas das altas culturas pré-colombianas, doadas pelo Prof. Dr. Pe. Leopoldo Krieger, curador do Museu de História Natural da Academia de Comércio de Juiz de Fora. No ano de 1999 o Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora - SAEA/UFJF passou a ser denominado Museu de Arqueologia e Etnografia Americana - MAEA-UFJF.

No ano de 2002, houve a primeira tentativa de transferência do SAEA, havendo inclusive diversas manifestações contrárias que destacaram a importância da instituição para produção científica e pesquisa arqueológica, bem como a relevância do acervo a ela pertencente.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Até a instalação do acervo nos locais onde se encontra atualmente (acervo arqueológico no imóvel à Av. Rio Branco e acervo etnológico em espaço do restaurante universitário da UFJF), o acervo do Museu de Arqueologia e Etnografia Americana (MAEA-UFJF) também estava exposto / acondicionado em outros dois espaços: uma sala cedida no andar térreo do Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) em 2005 para abrigar o staff administrativo do MAEA, biblioteca e reserva técnica e uma sala cedida pela Faculdade de Engenharia para acomodar parte do acervo, equipamentos e equipe técnica.

Em janeiro de 2008 foi solicitada a remoção ao acervo etnográfico do MAEA que ficava numa sala do MAMM, alegando-se a necessidade do espaço para melhor desenvolvimento de atividades do museu. Neste mesmo ano o Chefe do Departamento de Hidráulica e Saneamento também solicitou a reintegração de posse da sala 205, do Galpão I, que foi temporariamente cedida para o MAEA.

Após um intenso processo de discussão, foi concedida pela UFJF no ano de 2009 uma parte do prédio da antiga Faculdade de Economia, que também fora ocupado pelo Sindicato dos Funcionários da UFJF, localizado na Avenida Rio Branco, nº 3460, para funcionamento do MAEA. Foi realizada a transferência do acervo do campus para este imóvel em abril de 2010, mas o prédio se encontrava em precárias condições, sobretudo no que diz respeito às instalações elétrica e hidráulica. Cabe ressaltar que esta edificação fora inventariada pelo município no ano de 1996, tendo sido, inclusive, aberto um processo de tombamento¹, mas diante da recusa da proposta de proteção pela Comissão Técnico-Cultural, foi posteriormente arquivado.

O acervo que ficava no MAMM referente à parte etnográfica foi transferido para um espaço do restaurante universitário, ligado a esta instituição.

5- BREVE HISTÓRICO:

5.1- Breve histórico de Juiz de Fora:

Por volta do ano de 1703, foi construída uma estrada conhecida como Caminho Novo que ligava a região das minas ao Rio de Janeiro, facilitando o transporte do ouro extraído. Assim, a Coroa Portuguesa tentava evitar que o ouro fosse contrabandeado e transportado por outros caminhos, sem o pagamento dos altos tributos, que incidiam sobre toda extração.

O Caminho Novo passava pela Zona da Mata Mineira e, desta forma, permitiu maior circulação de pessoas pela região, que, anteriormente, era formada de mata fechada, habitada por poucos índios das tribos Coroados e Puris.

Às suas margens surgiram diversos postos oficiais de registro e fiscalização de ouro, que era transportado em lombos de mulas, dando origem às cidades de Barbacena e Matias Barbosa. Outros pequenos povoados foram surgindo em função de hospedarias e armazéns, ao longo do caminho, como o Santo Antônio do Paraibuna, que daria origem, posteriormente, à cidade de Juiz de Fora.

Nesta época, o Império passa a distribuir terras na região, para pessoas de origem nobre, denominadas sesmarias, facilitando o povoamento e a formação de fazendas que, mais tarde, se especializariam na produção de café. Em 1853, a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e, em 1865, ganha o nome de cidade do Juiz de Fora.

¹ Processo de Tombamento nº 4535/97.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

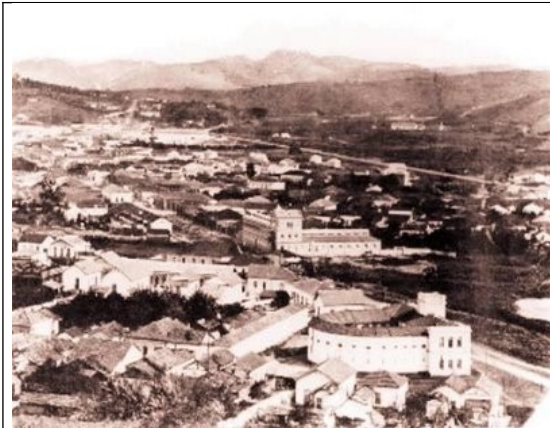


Figura 02 – Vista Panorâmica de Juiz de Fora em 1893.

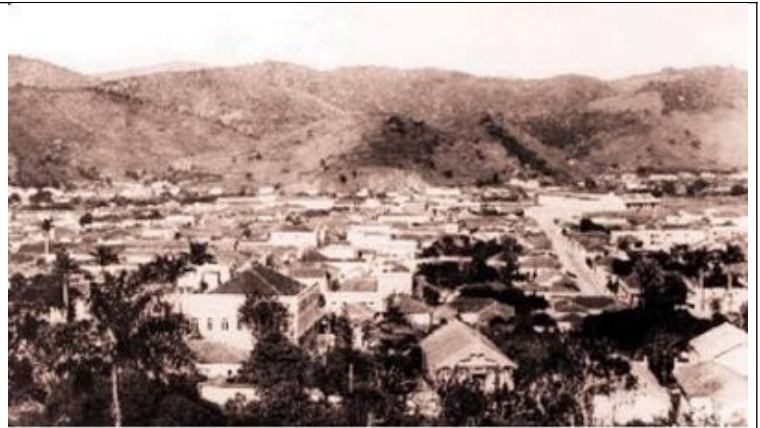


Figura 03 – Juiz de Fora em 1907.

Fonte : <http://juizdeforaantiga.blogspot.com.br/>, acesso em julho/2012

5.2- Breve histórico do bem cultural:

A edificação em análise é datada do segundo quartel do século XX. Encontra-se situada à Avenida Rio Branco, nº 3460, Centro, Juiz de Fora.

Antes de receber o Museu de Arqueologia e Etnografia Americana – UFJF, a edificação foi prédio da antiga Faculdade de Economia, cuja criação ocorreu em 02 de abril de 1941. O curso funcionava em horário noturno e sua primeira turma contava com apenas dezesseis alunos.²

Em 1943 o Decreto-Lei nº 1988 estabeleceu a denominação Ciências Econômicas para o curso. No ano seguinte, devido a sérias dificuldades financeiras, foi determinado o fechamento das atividades da faculdade. Porém, alunos e professores buscaram parcerias com instituições financeiras e em 1946 foi criado o Centro de Estudos Econômicos.

Foi no ano de 1952 que a Faculdade teve reconhecimento oficial através do Decreto nº 30908. Nesta mesma década o recebimento de verbas federais possibilitou a compra de sua sede própria, um imóvel situado na Avenida Barão do Rio Branco, nº 3460, no centro da cidade, para onde foi transferida em junho de 1956.

Na década de 1980 surgiu a Faculdade de Economia e Administração (FEA) que passou a funcionar no Campus Universitário.

O imóvel da Avenida Rio Branco, nº 3460, continuou vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo abrigado posteriormente a sede da Associação dos Servidores da referida instituição.

² Informações extraídas do site <http://www.ufjf.br/economia/institucional/>

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 04 – Prédio antigo da Faculdade de Economia de Juiz de Fora. Fonte: YADBECK, Lola. *As origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999, p.130.

A Avenida Rio Branco é larga, asfaltada e possui tráfego intenso de veículos. Atualmente apresenta-se fortemente verticalizada, situação já existente desde as décadas de 1950 e 1970, conforme evidenciam as imagens seguintes:



Figuras 05 e 06- Avenida Rio Branco em Juiz de Fora, em 1952 e na década de 1970, respectivamente. Fonte: <http://juizdeforaantiga.blogspot.com.br>.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

No entanto, a Avenida Barão do Rio Branco ainda abriga vários bens culturais tombados em Juiz de Fora, dentre os quais podemos destacar os seguintes: edificação localizada a Av. Barão do Rio Branco nº 2153/ 2161/ 2165, edificação na Av. Barão do Rio Branco nº 3029, Círculo Militar na Av. Barão do Rio Branco nº 3146, Casa de Anita situada à Av. Barão do Rio Branco nº 1262, Centro de Estudos Murilo Mendes localizado à Av. Barão do Rio Branco nº 3372 e Hospital Santa Lúcia situado à Av. Rio Branco nº 3408.

De acordo com a ficha de inventário do bem cultural³, a edificação é térrea, com pequeno embasamento, implantada no alinhamento frontal do lote e com afastamentos laterais. Sua entrada fica protegida por varanda em laje, incorporada à composição da fachada.

Possui características estilísticas mesclando elementos do repertório eclético e neocolonial em solução inusitada.

A fachada principal possui cinco janelas alongadas de vergas retas, apresentando destaque de uma das esquadrias encimada por uma espécie de frontão. Revestimento das alvenarias em massa, constituído por frisos horizontais contínuos, salpicados por folhas de trevo, que recobre as paredes da fachada principal e da fachada lateral esquerda.



Figura 07- Imóvel situado à Avenida Rio Branco, nº 3460, em Juiz de Fora. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.

³ Ficha de Inventário do imóvel, juntada aos autos.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

6- ANÁLISE TÉCNICA:

O edifício em questão situa-se à Avenida Rio Branco, nº 3460. É um imóvel de propriedade da Universidade Federal de Juiz de Fora, inventariado pelo município em 1996. A proteção proposta para a edificação, segundo sua ficha de inventário, é o tombamento municipal das fachadas e da volumetria. No ano de 1999 a Comissão Permanente Técnico-Cultural de Juiz de Fora não aprovou a proposta de tombamento decorrente do processo nº 4535/97, sendo este arquivado.

No mesmo terreno da edificação há, nos fundos, edifício contemporâneo de três pavimentos que abriga o Arquivo Histórico e o Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia da UFJF, além de abrigo para carros.

No ano de 2010, em ofício de solicitação do Coordenador do MAEA-UFJF à chefia de gabinete é relatado que o prédio necessita de reparos nas instalações elétricas e hidráulicas, bem como não possui sistema de combate a incêndio. Neste mesmo ofício, a necessidade de intervenções é justificada com o princípio de incêndio por curto-circuito que ocorreu no local devido ao uso de extensões pela ausência de pontos de tomada; com os vazamentos no forro da sala onde estão os computadores (o que poderá, além de danificar os objetos, novo curto-circuito); e pela falta de extintores no prédio, que põe em risco a segurança do patrimônio e das pessoas que ali trabalham.

Em ofício resposta à solicitação do Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda, o presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, Superintendente da FUNALFA, Sr. Antônio Carlos Siqueira Dutra encaminha o relatório técnico sobre o estado de conservação do imóvel, realizado pelo arquiteto Paulo Gawryszewski, Diretor da Divisão de Patrimônio Cultural da FUNALFA. Este relatório foi encaminhado anexo ao ofício datado do dia 27/09/2011.

Em outubro de 2011 foi realizada vistoria no MAEA-UFJF por técnicos do Instituto Brasileiro de Museus com objetivo de verificar a situação de conservação e gestão do acervo museológico abrigado no imóvel objeto deste trabalho. Chegou-se à conclusão que a edificação não oferece condições para armazenar o acervo, uma vez que não é adequado à conservação e gestão das coleções, sendo necessárias intervenções urgentes.

Podemos citar como principais patologias existentes no prédio:

- Patologias nas alvenarias: sujidades, pintura descascando, trincas, sinais de infiltração, respingos de massa e sobras de obra do prédio ao lado, estufamento e descolamento de reboco, emendas devido a reparos nas instalações.
- Falta de muro na lateral esquerda⁴.
- Patologias na cobertura: estrutura em mau estado de conservação, ataque de insetos xilófagos, telhas quebradas e deslocadas, perda de trechos do beiral e do guarda pó, resultando em várias goteiras e escorrimento de águas pluviais na parede.
- Patologias na parte elétrica: fiação exposta, sobrecargas, ausência de pontos de tomadas, fiação sem conduítes instalada junto das peças de madeira da cobertura.
- Patologias na rede hidráulica: vazamentos, intervenções inadequadas no sistema de recebimento e destinação de águas pluviais, tubulação exposta.
- Presença de insetos e roedores.

⁴ De quem olha para a edificação a partir da rua.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Construções contemporâneas nos fundos do terreno.
- Piso tabuado e de tacos de madeira arranhado, desgastado, com emendas e com ataque de insetos xilófagos.

Além disso, há obra vizinha de grandes dimensões, localizada à esquerda da edificação, cujo material utilizado cai sobre a mesma, causando danos na cobertura e alvenarias. Verificou-se nas imagens constantes do diagnóstico elaborado pelo arquiteto da Funalfa, Paulo Gawrysczewski em setembro de 2011, que a obra possuía tela de proteção em parte da fachada lateral voltada para a edificação em apreço, entretanto a mesma apresentava-se com rasgos e imperfeições que permitiam a passagem de materiais e conseqüentemente a queda sobre a edificação, causando danos à mesma. Nas imagens constantes do citado laudo, é possível verificar a existência de materiais advindos da obra vizinha sobre a cobertura e no corredor lateral existente entre as duas edificações. Nas fotografias constantes no CD encaminhado pelo Ibram foi verificado que a tela de proteção da fachada foi removida, permanecendo somente junto às bandejas salva vidas existentes na obra.



Figura 08 – Fachada frontal da edificação. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.



Figura 09 – Vista dos fundos do imóvel. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.



Figura 10 – Vista da lateral esquerda do imóvel. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.



Figura 11 – Vista da lateral esquerda do imóvel. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 12 e 13 – Patologias no piso de madeira. Fotos contidas no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.



Figura 14 – Computadores cobertos por plástico devido às goteiras. Presença de água no piso e baldes. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.

Figura 15– Fiação exposta, em contato com água. Foto contida no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.



Figuras 16 e 17– Construção ao lado do imóvel, sem a tela de proteção. Fotos contidas no CD encaminhado pelo IBRAM em dezembro de 2011.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

7- CONCLUSÕES:

Inicialmente, **cabe ressaltar a urgência da remoção de todo o acervo museológico que se encontra no imóvel objeto deste trabalho, a fim de resguardá-lo de riscos iminentes.** A transferência do acervo e de todos os objetos que o compõem deve ser realizada de forma cuidadosa, para que sejam evitados danos aos bens, como já ocorreu anteriormente no transporte do acervo etnológico.

Com relação à edificação em questão, verificamos que a mesma possui valor cultural⁵, ou seja, possui atributos e significados que justificam a sua permanência. O município reconheceu a importância deste imóvel ao inventariá-lo, destacando-o como representante do estilo de uma época.

Apesar da sua importância de manter suas características estético-formais preservadas, o imóvel encontra-se em precário estado de conservação. Há indícios de grandes intervenções descaracterizantes no decorrer dos anos. Grande parte dos elementos originais encontram-se na edificação e são passíveis de aproveitamento. As esquadrias, apesar de deterioradas, permanecem no imóvel, o que facilita a restauração das mesmas. Apesar do mau estado de conservação das alvenarias e revestimentos, é possível sua recuperação.

O imóvel sofre com o processo de degradação, sendo urgente sua restauração⁶. Assim, faz-se necessária elaboração e execução de um projeto de restauração da edificação, com acompanhamento, nas duas etapas, de técnicos competentes.

É necessário verificar se houve vistoria cautelar e / ou preventiva da edificação antes do início das obras da edificação vizinha. Esta vistoria é importante para verificar as condições da edificação existentes antes do início das obras para que futuros danos ocorridos à mesma sejam atribuídos ou não à obra vizinha. Caso não tenham ocorrido, fica difícil comprovar que os danos foram realmente causados pela construção. Entretanto, pode-se afirmar que a etapa de fundação causa vibrações no terreno podendo causar trincas e danos na cobertura dos imóveis vizinhos. Além disso, os problemas existentes na tela de proteção da obra e sua retirada prematura permitiram a queda de materiais na edificação, causando danos à cobertura e alvenarias da mesma. Portanto, deverá ser feito um acordo com a construtora e / ou proprietários da obra para verificação dos responsáveis pelos danos e formas de compensá-los. Sugere-se que a tela de proteção⁷ permaneça instalada na parte periférica do edifício em construção até a finalização da etapa de revestimento da fachada.

⁵ “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e sociedades e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

⁶ Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

⁷

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Como medidas emergenciais sugere-se:

- Remoção cuidadosa do acervo para um local provisório até que se termine a obra e que este local tenha as condições mínimas para acolher todo o material.
- Construção de muro na lateral do imóvel junto à obra.
- Para que o imóvel resista ao período de chuvas e até que seja realizada a recuperação completa da cobertura, é necessária vistoria detalhada em toda cobertura do imóvel com substituição das peças de madeira deterioradas, colocação das telhas corridas em seus devidos lugares e troca das telhas quebradas;
- Colocação imediata de lona sobre a cobertura (evitar a utilização de lona preta devido a sua baixa durabilidade), de modo a conter as infiltrações, que aceleram o processo de degradação do imóvel e causam danos ao acervo. A lona deverá ser colocada sobre as telhas e deverão ser instaladas ripas sobre a lona buscando fixar este elemento para que o mesmo não solte. As ripas sobre a lona deverão ser bem amarradas à estrutura do telhado com arame. Deve ser feito reforço na estrutura de madeira do telhado que suporte o peso até a restauração do mesmo.
- Deverá ser desenvolvido projeto elétrico e hidráulico para a edificação, seguindo as normas da ABNT. No projeto elétrico, visando atender as necessidades e evitando risco de incêndio, é preciso que este contemple maior número de pontos de tomadas. Toda fiação deverá correr dentro de conduítes.
- Elaboração Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico e instalação dos equipamentos necessários.

Também é necessário:

- Cobertura - Deverá ser feita revisão geral em toda a cobertura, com substituição das peças que se encontrarem comprometidas, utilizando madeiras adequadas para este fim e de grande resistência e durabilidade. Deve ser verificado o estado de conservação dos frechais que são fundamentais para a estabilidade dos telhados. Deve ser feito o destelhamento, separando as telhas em bom estado de conservação que poderão ser reutilizadas no imóvel quando da sua restauração. Estas devem ser limpas antes de recolocadas. Sugere-se a amarração de algumas fiadas de telhas, evitando que as mesmas “escorram”. Devem ser respeitadas as características originais da cobertura, como inclinação, dimensão dos beirais, etc. Deverá haver a revisão das calhas e rufos com substituição daqueles que se encontrarem em mau estado de conservação ou subdimensionados.
- As trincas existentes deverão ser monitoradas para verificar se as mesmas estão “ativas”, ou seja, se há crescimento ou alargamento. Após a solução das causas da ocorrência das mesmas, deve-se proceder ao selamento das fissuras, reintegração de reboco e pintura, utilizando argamassa compatível com o sistema construtivo existente.
- Elaboração de projeto hidráulico e de destinação das águas pluviais, prevendo um sistema de drenagem eficiente na área externa, de forma a prevenir infiltrações na edificação. Não é aconselhável a utilização de tubulação exposta.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Recuperação das esquadrias e ferragens. Os exemplares faltantes deverão ser executadas, seguindo os modelos pré-existentes, tendo como referência fotos e documentos antigos;
- As tábuas do piso deverão ser vistoriadas com cautela, devendo ocorrer aproveitamento do material em bom estado de conservação e substituição das peças deterioradas. Sugere-se o mesmo procedimento para os forros;
- Imunização de todas as madeiras com ataque de insetos xilófagos;
- Dedetização contra insetos e roedores;
- Todos os materiais originais passíveis de recuperação devem ser preservados, após sua recuperação;
- Utilização de mobiliário adequado ao trabalho, armazenagem e exposição do acervo.
- Após a restauração da edificação, a questão do uso é fundamental para sua conservação. Neste sentido, caso o imóvel seja destinado a abrigar o Museu Arqueológico e Etnográfico, é necessária elaboração e execução de um projeto museográfico que contemple principalmente o controle de umidade, temperatura e incidência solar, exigências imprescindíveis para manutenção, preservação e exposição do acervo. Este projeto deverá contemplar também a questão da estrutura para os profissionais que trabalham na instituição e recepção aos visitantes. É importante ainda que sejam proporcionadas condições necessárias ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa. Conforme informado no ofício encaminhado pelo Ibram, aquele órgão, através da Coordenadoria de Patrimônio Museológico, se prontificou em prestar orientações técnicas necessárias ao correto armazenamento do acervo e à documentação das coleções.
- **Com relação ao acervo museológico, o ideal é que todo ele seja reunido em um só local, a fim de facilitar a sua segurança e gestão.** Caso a edificação em questão não tenha condições de receber todo o acervo de etnografia e arqueologia, bem como o setor de administração e pesquisas, **poderá** ser providenciado um anexo ao fundo da edificação – ampliando ou até mesmo substituindo a existente no local – para que essas atividades aconteçam. Caso ainda o espaço não comporte toda esta estrutura, cabe à Universidade Federal de Juiz de Fora, como responsável e detentora de todo este acervo, providenciar um local que seja adequado para acondicionar e expor os objetos, reserva técnica, local para a continuação dos trabalhos de pesquisa (laboratório e/ou biblioteca), administração e estrutura para os profissionais e visitantes.
- Deve-se realizar estudos aprofundando na importância histórica do imóvel. Já se passaram mais de 12 anos da realização da última proposta de tombamento do imóvel que foi rejeitada. A realidade do município e da rua onde se localiza a edificação mudaram e o prédio se tornou um dos poucos exemplares com aquela tipologia ainda existentes na via, possuindo valor de raridade. A presença do casarão em análise serve de testemunho histórico do passado, no qual a paisagem urbana era totalmente diferente da que se vê no presente.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

8 - ENCERRAMENTO:

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2012.

Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – Historiadora – MAMP 5011

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9

Hebert Gerson Soares Júnior
Estagiário de Arquitetura